



PREFEITURA DE
VARGINHA

PGM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

Fl.	102
P.A.	13872/26
Data.	30/09/26
Ass.	

CONTRATO N ° ____/2026

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VARGINHA E _____

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.240.119/0001-05, com sede nesta cidade na Rua Júlio Paulo Marcellini, 50 – Vila Paiva, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **LEONARDO VINHAS CIACCI**, brasileiro, casado, bacharel em direito, CPF: 571.338.676-72, residente nesta cidade.

CONTRATADA: _____

_____.

FUNDAMENTO LEGAL: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA DE Nº 010/2026, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Termo de Referência e demais anexos. **Processo Administrativo nº 13.872/2026**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto principal do presente **CONTRATO**, a contratação de **serviços comuns de engenharia para a execução das obras de construção do novo CRAS – Centro de Referência da Assistência Social**, localizado no Bairro Pe. Vitor em Varginha/MG, tudo mediante as condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e demais anexos, partes constantes do **Processo Administrativo nº 13.872/2026**, que agora passam a fazer parte integrante do presente **INSTRUMENTO CONTRATUAL**.

Júlio Paulo Marcellini, n. 50, Vila Paiva - Varginha/MG - CEP 37.018-050

(35) 3690-1470

pgm@varginha.mg.gov.br





1.2 A contratação abrange e **construção de área edificada de 474,28 m²**, conforme projetos executivos anexados ao processo (arquitetônico, estrutural, elétrico e hidro sanitário), com fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários à completa e perfeita execução da obra.

1.3 A obra localiza-se na **Rua Élvio Paiva, Lote 18/19, Bairro Pe. Vitor, Varginha/MG**, em terreno com área de 722,90 m², resultando em taxa de ocupação de 65,61%.

1.4 Os serviços previstos neste Termo de Referência referem-se à execução de obra de construção de edificação nova, caracterizando-se como serviços comuns de engenharia, conforme condições estabelecidas neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO/ CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1 O prazo de execução da obra é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do dia / /**2026**.

2.1.2 A prorrogação do prazo contratual somente será admitida mediante justificativa técnica e a formalização por **TERMO ADITIVO**, observados os limites legais e a conveniência administrativa, não excedendo o prazo máximo previsto em legislação aplicável.

2.2. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.2.1 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar mão de obra, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução das obras.

2.3 Recebimento

2.3.1 Executados os serviços objetos deste CONTRATO, em sua totalidade, a Contratada deverá entregá-los, através de comunicação escrita ao Contratante, até o quinto dia corrido após a data fixada para conclusão dos mesmos;





2.3.2. O recebimento do objeto deste **CONTRATO** será feito **provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização**, em até **15 (quinze) dias corridos** a partir da data do comunicado à Prefeitura do encerramento das obras, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, onde serão discriminados todos os serviços objeto da contratação pretendida, para posterior verificação da sua conformidade com todos os elementos técnicos que serviram de base à contratação;

2.3.3. O recebimento **definitivo** do objeto contratado será feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, em até **30 (trinta) dias corridos** a partir da data do recebimento provisório;

2.3.4. No termo de recebimento definitivo serão elencadas todas as situações do recebimento, como também a descrição detalhada dos serviços recebidos, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais;

2.3.5. Caso a Administração não aceite os serviços, poderá conceder novo prazo à Contratada, para que, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados;

2.3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a Contratada da responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

2.3.7. O Contratante rejeitará toda ou parte da Obra, se em desacordo com o Contrato.

2.4. Preposto

2.4.1. A Contratada designará formalmente um preposto da empresa, antes no início da execução dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS MEDIÇÕES E COMPROVAÇÕES / DO PAGAMENTO





3.1 As medições dos serviços dar-se-á **mensalmente** devendo ocorrer a primeira delas 30 (trinta) dias após a contar do início efetivo das obras.

3.2 A Prefeitura Municipal de Varginha, através dos técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SOSUB, fará o acompanhamento permanente das obras, tanto quantitativamente quanto tecnicamente. Estes poderão recusar qualquer serviço que julgarem não estar compatível com este CONTRATO e Projetos, bem como determinar a aceitação ou não da qualidade dos materiais, da mão de obra e dos equipamentos utilizados nestes serviços;

3.3 Quando do faturamento das medições, a Contratada deverá fazer constar no corpo da Nota Fiscal o número do CNO – Cadastro Nacional de Obras, referente a obra contratada.

3.4 Os pagamentos correspondentes aos serviços efetivamente executados apurados em conformidade com as medições, serão efetuados em **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data da apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, obrigatoriamente, atestada pelo Engenheiro ou Arquiteto e Urbanista responsável pela fiscalização das obras, desde que os mesmos tenham sido executados a contento;

3.5 Fica estabelecido que o pagamento referente à primeira medição estará condicionado à apresentação do competente Alvará de Obras.

3.6 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada e as respectivas medições, mediante depósito bancário em favor da Contratada.

3.7 No caso do não cumprimento do prazo estabelecido no subitem **3.4**, a fatura será atualizada financeiramente pelo **IPCA – IBGE**, calculado “pró-rata-die”, entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

3.8 A Contratada deverá, após a medição dos serviços, emitir e apresentar ao





Contratante a fatura correspondente, em número de vias de conformidade com as normas próprias do Contratante;

3.9 Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta corrente da contratada, após a apresentação dos documentos e informações, conforme se segue:

- a)** Planilha de medição devidamente assinada pelo Engenheiro ou Arquiteto e Urbanista responsável pela fiscalização das obras e pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- b)** CNO – Cadastro Nacional de Obras referente a obra contratada;
- c)** Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo Contador e pelo responsável pela empresa e que os valores apresentados se encontram devidamente contabilizados;
- d)** Relação nominal dos trabalhadores em papel timbrado da empresa assinado pelo representante legal;
- e)** Folha de pagamento analítica;
- f)** Comprovante de pagamento do salário;
- g)** Guia de recolhimento do INSS com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- h)** Guia de recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante quando o recolhimento for efetuado pela internet;
- i)** Declaração quanto a informações pertinentes ao CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Relatório de Emissão de Guia referente ao FGTS Digital e informações à Previdência Social;
- j)** Registros de Ponto;





k) Atestados médicos admissionais e demissionais;

l) Recibo de férias

m) Rescisões de Contratos;

n) Comprovantes de pagamentos de vale-transporte e auxílio alimentação;

o) Comprovantes de pagamento de seguros inseridos no BDI;

p) Comprovação de obrigações previstas em Convenção Coletiva;

q) No último pagamento – ao encerramento do Contrato – a documentação deve referir-se à competência da última medição dos serviços, inclusive quanto às rescisões havidas e os comprovantes dos recolhimentos dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos. A Contratada deverá apresentar ainda nas rescisões trabalhistas, a **BAIXA** da **CNO – Cadastro Nacional de Obras**, extrato do FGTS e CND referente a CNO.

OBS: A Secretaria Municipal da Fazenda, através do seu Setor de Tesouraria, verificará e certificará, a cada pagamento, a regularidade dos documentos exigidos neste item.

3.8 Os documentos referentes as Guias Previdência Social – G.P.S e do F.G.T.S poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente por servidor da unidade pagadora, mediante a apresentação dos respectivos originais, para o devido confronto;

3.9 O pagamento referente a última medição fica condicionado, além das exigências já elencadas, à comprovação da baixa da CNO – Cadastro Nacional de Obras, extrato do FGTS e CND referente a CNO.

3.10 O ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, será retido na fonte, na forma do art. 54 da Lei Municipal n. 2.872/96, com redação dada pela Lei n. 3.528/2001.





3.11. Os Impostos Federais e Estaduais, quando sujeitos à retenção na fonte, sofrerão tal retenção na forma de Legislação pertinente.

3.12. Nenhum pagamento de acréscimo no preço dos serviços será autorizado sem o devido aditamento contratual, ou quando ausentes os pressupostos exigidos em lei.

CLÁUSULA QUARTA– DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, Parágrafo 2º da Lei ° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, compete à **CONTRATADA**:

5.1.1 assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos ao contratante ou ainda à terceiros;

5.1.2 observar rigorosamente as Normas e Especificações constantes no Termo de Referência e Projetos (anexos) que são partes integrantes do presente Contrato;

5.1.3 arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, tais como fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários, incluídos aí encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e fiscais, salários de seus empregados, impostos e fretes, a qual caberá, ainda, inteira responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto as leis trabalhistas lhes assegurem, inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc;

5.1.4 manter as apólices de seguros de acidentes do trabalho de todos os empregados em serviço na forma da legislação pertinente;

5.1.5 prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;





PREFEITURA DE
VARGINHA

PGM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

Fl.	109
P.A.	13872/20
Data.	30/09/20
Ass.	

5.1.6 manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato;

5.1.7 apresentar, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do instrumento contratual, o nome da pessoa que a representará na execução do Contrato, agindo de forma idêntica em caso de eventual substituição do indicado;

5.1.8 acatar as ordens exaradas pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** sobre o objeto do presente Contrato;

5.1.9 assegurar à **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras contratadas.

5.1.10 efetuar a **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica** ou **“RRT – Registro de Responsabilidade Técnica** junto ao CREA/MG ou o **Registro de responsabilidade Técnica – RRT** junto ao CAU/MG, referente ao objeto deste CONTRATO, devendo apresentá-la antes do início da execução da primeira etapa da obra, em conformidade com o Artigo 3º da Resolução 425, de 18/12/1998, do CONFEA, ou com o Artigo 1º da Resolução CAU/BR nº 91/2014;

5.1.11 observar todas as normas, mesmo as de caráter administrativo, impostas por autoridade pública, aplicáveis à execução das obras objeto do presente contrato e Termo de Referência;

5.1.12 responsabilizar-se pelos danos causados à **CONTRATANTE**, ou a terceiros, decorrentes de culpa sua ou dolo na execução das obras objetos deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feito pelo **CONTRATANTE**;

5.1.13. apresentar, quando solicitado e no momento do recebimento de cada fatura, comprovação do recolhimento dos tributos incidentes sobre as obras executadas,





durante o período da execução do objeto da licitação, relativos a encargos sociais, fiscais, comerciais, sindicais, trabalhistas e previdenciários resultantes da execução do instrumento contratual, não transferindo à **CONTRATANTE** responsabilidade por seus pagamentos nem onerando o objeto do Contrato;

5.1.14. cumprir todas as exigências pertinentes às normas de segurança e medicina do trabalho, de acordo com a Lei nº 6.514 de 22/12/77, ficando sob sua única e exclusiva responsabilidade a ocorrência de riscos e acidentes decorrentes de seu descumprimento;

5.1.15. obrigar-se pelo adimplemento das obrigações assumidas com a **CONTRATANTE** na execução do objeto deste contrato, reconhecendo inexistirem quaisquer vínculos empregatícios, de subordinação ou de qualquer natureza entre os profissionais alocados para a execução das obras e o Contratante, qualquer que seja o pretexto;

5.1.16. em consequência do disposto acima, eventual inadimplemento por parte da CONTRATADA quanto aos pagamentos de débitos trabalhistas, encargos previdenciários, fiscais ou qualquer outro decorrente da contratação sua, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de pagá-los, nem poderá onerar o objeto do presente contrato ou restringir sua regular execução;

5.1.17. adotar todas as medidas de segurança necessárias à execução do objeto deste contrato, inclusive quanto à preservação de bens da **CONTRATANTE** e de terceiros em geral;

5.1.18. manter Diário de Obra no local da prestação de serviços;

5.1.19. o Profissional indicado pela Contratada para fins de comprovação de Capacitação Técnico-Profissional, deverá participar das obras objeto do Contrato, devendo o mesmo assinar a "**ART – Anotação de Responsabilidade Técnica**" ou "**RRT – Registro de Responsabilidade Técnica**" inicial dos serviços, admitindo-se a





substituição por outro profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

6.1.1 efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o estabelecimento no presente contrato;

6.1.2 Através de seu Setor Competente, promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, sem que isso configure, em qualquer aspecto, transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** pela correta execução dos serviços contratados;

6.1.3 comunicar a **CONTRATADA**, de forma imediata, qualquer irregularidade ou não conformidade no objeto do Contrato, reservando-se o direito de recusar o recebimento, caso o mesmo não esteja em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos e no Edital;

6.1.4 notificar previamente à Contratada quando da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 São aplicáveis as seguintes penalidades:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Varginha, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública





direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

7.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e a Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.3. A penalidade de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses, de acordo com o art. 6º do Decreto Municipal Nº 11.599, de 25 de maio de 2023:

a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na prestação dos serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

7.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras, de acordo com o art. 7º do Decreto Municipal nº 11.599, de 25 de maio de 2023:

I - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;





III - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a)** deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b)** desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c)** tumultuar a sessão pública da licitação;
- d)** descumprir requisitos de habilitação, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e)** propor recursos manifestamente protelatórios;
- f)** deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;
- g)** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações;
- h)** propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- i)** outras situações de natureza correlatas.

IV - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das





normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a)** deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b)** permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c)** deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração Pública Municipal, os documentos exigidos na legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d)** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI ou uniformes, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j)** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo órgão contratante;
- k)** deixar de repor funcionários faltosos;
- l)** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n)** deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o)** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e





previdenciária devidamente regularizada;

p) outras situações de natureza correlata.

V - multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

VI - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando a Contratada ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

7.5. Nos termos do art. 8º, § 5º do Decreto Municipal nº 11.599, de 25 de maio de 2023, a aplicação das multas não exclui a obrigação de reparação integral de eventual dano causado ao órgão contratante.

7.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com o art. 11 do Decreto Municipal nº 11.599, de 25 de maio de 2023, será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e nos seguintes casos, quando:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b)** der causa à inexecução total do contrato;
- c)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente





justificado;

- e)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g)** outras situações de natureza correlatas.

7.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de acordo com o art. 12 do Decreto Municipal Nº 11.599, de 25 de maio de 2023, será aplicada àquele que:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- g)** outras situações de natureza correlata.

7.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

7.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.





PREFEITURA DE
VARGINHA

PGM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

Fl.	117
P.A.	3872/20
Data.	30/09/20
Ass.	

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL

8.1 As partes atribuem ao presente **CONTRATO**, para todos os efeitos legais, o valor global de R\$ _____ (_____)

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

9.1 O preço será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária do Município, consignada no orçamento para o exercício de 2026, de acordo com a seguinte classificação:

Despesa: 385 **Organograma:** 08.002.001 **Função:** 08 **Subfunção:** 244 **Programa:** 4300
Ação: 1.182 **Natureza:** 4.4.90.51.00 **Recurso:** 1.500.000.0000.0001

Origem do Recurso: Próprio

10.2 Eventual dotação relativa aos exercícios subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 A contratação poderá ser extinta unilateralmente pela Administração por inadimplemento ou interesse público, conforme os artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A extinção unilateral permite à Administração a retenção de pagamentos para cobrir prejuízos e a assunção imediata do objeto contratado.

Júlio Paulo Marcellini, n. 50, Vila Paiva - Varginha/MG - CEP 37.018-050

(35) 3690-1470

pgm@varginha.mg.gov.br





PREFEITURA DE
VARGINHA

PGM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

Fl.	118
P.A.	13872/20
Data	30/09/25
Ass.	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Varginha/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, dispensados todos os demais;

12.2 E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o firmam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Varginha/MG, __ de _____ de 2026.

LEONARDO VINHAS CIACCI
Prefeito Municipal

Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

- Daniel Barbosa Ribeiro**
Servidor Municipal
Matrícula nº 15.774-0
- Flávia Rafaela Ramos**
Servidora Municipal
Matrícula nº 33.693-5

